

Janelas da interseccionalidade: o lugar das mulheres negras no mercado de trabalho e o cuidado não remunerado ¹

Windows of intersectionality: The Place of Black Women in the Labor Market and Unpaid Care Work

MARCIO DE SOUZA
Faculdade Unyleya | PUC-Rio

MARIA EDUARDA SOUSA DOS SANTOS
PUC-Rio

VITORIA PEREIRA DE OLIVEIRA
PUC-Rio

MARIA EDUARDA CONCEIÇÃO COSTA
PUC-Rio

VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA
PUC-Rio

VITORIA ROCHA TELLES DOS SANTOS
PUC-Rio

ELIANA GOMES DE ANDRADE SILVA
PUC-Rio

Resumo: Este artigo versa sobre a condição das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro, explorando como o racismo e o sexismo influenciam suas posições sociais e profissionais. A valia deste estudo reside na necessidade de compreender e combater as intersecções de discriminação que essas mulheres enfrentam. O problema central é a persistente marginalização imposta pelo racismo e sexismo. O objetivo é analisar essas dinâmicas para promover práticas antirracistas e políticas mais inclusivas. A metodologia adotada inclui uma revisão bibliográfica, destacando contribuições de teóricas como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Djamila Ribeiro e Carla Akotirene, que fundamentam a discussão sobre o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado. Os resultados indicam que as mulheres negras são historicamente relegadas a papéis subalternos, situação que persiste devido às estruturas de opressão racial e de gênero.

Palavras-chave: Mulheres negras, Racismo, Sexismo, Trabalho doméstico, Trabalho de cuidado

Abstract: This article examines the condition of Black women in the Brazilian labor market, exploring how racism and sexism influence their social and professional positions. The value of

¹ Este artigo é uma adaptação do trabalho intitulado “O lugar da mulher negra no mercado de trabalho no Brasil”, apresentado como requisito para a obtenção da nota final na disciplina 'Classe, Gênero, Etnia e Geração', ministrada pelo Prof. Dr. Marcio de Souza, no curso de Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), no semestre 2024.1.

this study lies in the need to understand and combat the intersections of discrimination that these women face. The central problem is the persistent marginalization imposed by racism and sexism. The aim is to analyze these dynamics to promote antiracist practices and more inclusive policies. The methodology adopted includes a bibliographic review, highlighting contributions from theorists like Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Djamila Ribeiro, and Carla Akotirene, who ground the discussion on unpaid domestic and care work. The findings indicate that Black women have historically been relegated to subordinate roles, a situation that persists due to the structures of racial and gender oppression.

Keywords: Black women – Racism – Sexism – Domestic work – Care work

De Souza, Marcio, et al. JANELAS DA INTERSECCIONALIDADE: o lugar das mulheres negras no mercado de trabalho e o cuidado não remunerado. *Educação Sem Distância*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, jun. 2025. ISSN digital 2675-9993.

1 Introdução

Este artigo emerge da necessidade de evidenciar as condições subalternas de vida das mulheres negras no Brasil, resultantes do racismo e do sexismo. O Brasil, historicamente estratificado em termos raciais, foi fundado e desenvolvido sob a ideologia racista, caracterizada pela hierarquização entre raças e etnias, o que gerou conflitos desde a invasão portuguesa. A sociedade brasileira foi estruturada por sistemas de organização social que submeteram negros e indígenas a relações de dominação e exploração, com a superioridade dos brancos sendo reafirmada ao longo dos séculos.

As mulheres negras, em particular, vivenciam a subalternização e a inferiorização em vários aspectos da vida social. A discriminação racial e de gênero, presentes em diversos setores, especialmente no mercado de trabalho, são resultado dessa organização social. O mercado de trabalho brasileiro, desde seu início, foi marcado pelo racismo, criando uma divisão racial do trabalho que favoreceu os brancos e marginalizou os negros, relegando-os a subatividades ou ao desemprego, sob a justificativa de falta de qualificação.

Após a abolição da escravatura, as mulheres negras permaneceram em posições subservientes, como mucamas ou amas de leite, principalmente nas casas de famílias brancas. Essa realidade persiste até hoje, com o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado sendo predominante para as mulheres negras. Racismo, sexismo e capitalismo se combinam para tornar as mulheres negras o grupo mais oprimido na sociedade brasileira.

A literatura especializada, com contribuições de intelectuais como Lélia Gonzalez (1982) e Beatriz Nascimento (1976), denuncia a situação dessas mulheres. A análise crítica das relações sociais brasileiras revela que as condições de vida das mulheres negras são marcadas por subalternização e opressão, amplificadas pela discriminação racial e de gênero, e refletidas no mercado de trabalho, onde elas ocupam atividades desvalorizadas.

Este estudo visa aprofundar a compreensão sobre a discriminação racial e de gênero, fornecendo uma base para práticas antirracistas e antissexistas. O trabalho está estruturado em duas seções: a primeira, discute a história do trabalho feminino no Brasil sob a ótica racial, introduzindo as categorias de divisão racial e de gênero do trabalho; a segunda,

analisa como o racismo e o sexismo determinam a subalternização e desvalorização da força de trabalho das mulheres negras.

2 A divisão racial e de gênero do trabalho no Brasil

Os conceitos de divisão racial e de gênero do trabalho são vitais para compreender como os lugares ocupados pelos indivíduos no mercado de trabalho são determinados por critérios raciais e de gênero. Gonzalez (2020) aponta que no Brasil, o que existe é

[...] uma divisão racial do trabalho. Por conseguinte, não é por coincidência que a maioria quase absoluta da população negra brasileira faz parte da massa marginal crescente: desemprego aberto, ocupações 'refúgio' em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente e trabalho por temporada etc. Ora, tudo isso implica baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação etc (GONZALEZ, 1982, p.40).

estruturado e financiado pelo Estado não apenas aliviará o fardo das famílias e, em particular, das mulheres, mas também contribuirá para uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos os cidadãos possam desenvolver seu potencial máximo.

Historicamente, o Brasil desenvolveu um modelo de família padrão, heteronormativo e burguês patriarcal, muitas vezes estimulado pela ideologia religiosa. Esta perspectiva promove a visão de que a família ideal é composta por um homem, uma mulher e seus filhos, como retratado em propagandas de TV. Somente essas famílias são consideradas para discussões sobre políticas públicas, proteção social, pesquisas informativas e intervenções estatais. De acordo com Lélia Gonzalez (1982), "a ideologia da família nuclear, em seu formato patriarcal, esconde as desigualdades estruturais e mantém a mulher, especialmente a mulher negra, confinada à esfera privada, sem visibilidade nas decisões políticas e sociais" (Gonzalez, 1982, p. 45). Essa visão molda as políticas públicas e as formas de organização social, excluindo outras formas de família que não se encaixam nesse padrão normativo.

Esse padrão familiar foi reforçado pela Reestruturação Produtiva, que atingiu seu auge na década de 1980 no Brasil, colocando o homem, especialmente o homem branco, no centro do mercado de trabalho como o trabalhador especializado para funções de poder. Isso estabeleceu um pacto de gênero e raça na área econômica do país, resultando em desemprego para muitas mulheres negras, que foram empurradas para o trabalho de cuidado não remunerado. Como afirma Beatriz Nascimento (1976), "a estrutura econômica e social brasileira tem como base a subordinação da mulher negra, cujo trabalho não é reconhecido, mas é capital para a reprodução da força de trabalho no sistema capitalista" (Nascimento, 1976, p. 88). Essa hierarquia e classificação do trabalho posicionam majoritariamente os brancos e homens em cargos de domínio e poder, enquanto os negros são relegados a trabalhos desvalorizados e frequentemente não remunerados, como o trabalho doméstico realizado principalmente por mulheres negras.

As mulheres negras, dentro desse contexto, enfrentam uma contínua retirada de direitos. Tanto mães quanto filhas tendem a ser cuidadoras devido ao modelo patriarcal e

capitalista historicamente propagado. Essas mulheres enfrentam cargas horárias exaustivas e a violação de seu tempo nos lares dos donos dos meios de produção. Silvia Federici (2017) destaca que "o trabalho de cuidado realizado pelas mulheres, principalmente pelas mulheres negras, sempre foi basilar para o sustento da economia, mas nunca foi reconhecido como trabalho. Pelo contrário, foi naturalizado, invisibilizado e delegado às mulheres como uma responsabilidade privada" (Federici, 2017, p. 112). A sociedade não atribui essa responsabilidade ao patriarcado devido ao machismo e racismo estruturais já impostos, naturalizando a exploração de suas forças de trabalho. Ao submeter as mulheres negras a essa realidade, perpetua-se uma dinâmica de subordinação, invisibilidade e exploração das suas funções vitais para a manutenção da sociedade.

Ribeiro (2019) destaca que o cuidado é uma prática que atravessa dimensões culturais, econômicas e sociais, sendo transmitida de geração para geração e contribuindo substancialmente para a subalternidade das mulheres. A origem dessa prática pode ser rastreada até narrativas bíblicas, como a história de Adão e Eva, onde a mulher é posicionada como uma "adjutora" do homem, refletindo uma visão histórica que confina a mulher a papéis secundários em relação ao homem. A autora argumenta que o cuidado não remunerado, predominantemente realizado por mulheres negras, está profundamente enraizado na noção de reprodução social.

Este conceito emergiu com a Revolução Industrial nas décadas de 1930, que estabeleceu uma clara divisão entre os trabalhos de homens e mulheres. Durante esse período, o papel dos homens como provedores financeiros foi formalmente reconhecido e valorizado, enquanto as mulheres foram confinadas aos lares, com suas atividades de cuidado relegadas a uma posição de menor valia econômica e social. A divisão de trabalho estabelecida pela Revolução Industrial reforçou e institucionalizou a subalternidade das mulheres, relegando-as a tarefas domésticas e de cuidado, enquanto os homens eram considerados os principais contribuintes econômicos. Esse arranjo não apenas excluiu as mulheres do mercado de trabalho formal, mas também as subordinou ideologicamente, perpetuando uma visão que desvaloriza suas contribuições e mantém uma estrutura social desigual. Assim, o cuidado não remunerado, realizado majoritariamente por mulheres negras, continua a ser uma das principais formas de exploração e subalternização, refletindo e reforçando desigualdades de gênero e raça que persistem até os dias atuais.

Rever o papel do cuidado é basilar para compreender a estrutura social e econômica que perpetua a desigualdade. Historicamente, o trabalho de cuidado, predominantemente realizado por mulheres, especialmente dentro do contexto familiar, tem sido um elemento central na organização da sociedade, mas frequentemente é relegado a uma posição de menor valor. Esse trabalho não remunerado e desvalorizado se configura como uma forma invisível de sustentar a economia e o bem-estar social, enquanto suas responsabilidades e cargas são suportadas majoritariamente pelas mulheres, muitas vezes em detrimento de seu próprio desenvolvimento pessoal e profissional.

A responsabilidade pelo cuidado não deve ser vista apenas como um encargo privado, confiado à família e, por conseguinte, às mulheres. O Estado tem um papel basilar na reconfiguração dessa dinâmica, assumindo a responsabilidade principal na provisão de cuidados e suporte social. No contexto da saúde pública, por exemplo, o Estado

frequentemente intervém apenas após o falecimento de um ente querido, deixando o ônus dos cuidados e despesas anteriores a cargo da família, especialmente das mulheres. Como afirma Silvia Federici (2017),

o trabalho de cuidado não remunerado, que as mulheres realizam em suas casas, é uma das bases do capitalismo, mas, ao mesmo tempo, é invisibilizado e negligenciado pelo Estado, que se recusa a assumir suas responsabilidades nesse campo. (p. 112)

Portanto, é vital que o Estado desenvolva e implemente políticas de cuidado abrangentes que incluam educação, saúde, seguridade social, habitação e cultura. Essas políticas devem ser projetadas para garantir que todos os indivíduos tenham acesso a serviços e suportes necessários, permitindo-lhes exercer plenamente sua cidadania e participar de maneira equitativa na vida social e econômica. Um sistema de cuidados bem estruturado e financiado pelo Estado não apenas aliviará o fardo das famílias e, em particular, das mulheres, mas também contribuirá para uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos os cidadãos possam desenvolver seu potencial máximo.

3 A situação das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro

As mulheres negras ocupam uma posição subalterna mais acentuada na sociedade brasileira, uma realidade que demanda uma compreensão profunda através do conceito de interseccionalidade. Esse termo, que surge para explicar a sobreposição de diferentes formas de discriminação, é basilar para entender as múltiplas opressões que as mulheres negras enfrentam, tanto em função de seu gênero quanto de sua raça. A interseccionalidade revela como essas mulheres são impactadas por sistemas de opressão simultâneos e como suas experiências são únicas, pois são moldadas por uma combinação de fatores sociais, políticos e econômicos. Como destaca Carla Akotirene (2019), “É da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade” (Akotirene, 2019, p.17). Essa afirmação sublinha a valia de se reconhecer que a experiência da mulher negra é central para a compreensão das dinâmicas sociais e das desigualdades estruturais. Portanto, a interseccionalidade não apenas ilumina as camadas de discriminação que as mulheres negras enfrentam, mas também enfatiza a necessidade de abordagens mais inclusivas e sensíveis às complexidades da opressão.

A interseccionalidade, entretanto, é um prisma primordial para compreender como as mulheres negras são impactadas de forma desproporcional nos diversos setores da sociedade, seja na saúde, na educação ou no mercado de trabalho. Esse conceito permite uma análise mais profunda das múltiplas formas de discriminação que se entrelaçam e afetam essas mulheres de maneira única, levando em consideração as dimensões de gênero, raça e classe. Em todos esses espaços, elas enfrentam desigualdades, tanto em termos de cargos ocupados quanto nas condições de trabalho. No âmbito político, por exemplo, mulheres negras frequentemente ocupam posições de menor poder e são sub-representadas, como destaca a autora Djamila Ribeiro (2019), que afirma que "a interseccionalidade auxilia a explicar como as diferentes formas de opressão se entrelaçam, e como as mulheres negras são duplamente oprimidas, tanto pela sua cor

quanto pelo seu sexo" (Ribeiro, 2019, p. 46). Esse conceito colabora para entender como as desigualdades são ampliadas e persistem em diversas esferas da vida social, exigindo uma abordagem mais integrada e inclusiva para promover uma sociedade mais justa.

Lélia Gonzalez (1982) destaca de forma contundente a profundidade da marginalização vivida pelas mulheres negras, evidenciando a intersecção das diversas formas de opressão que elas enfrentam. Segundo a autora, "A mulher negra permanece como o setor mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, uma vez que sofre uma tríplice discriminação (social, racial e sexual)" (Gonzalez, 1982, p. 199). Essa análise revela como as mulheres negras são duplamente marginalizadas pela combinação das desigualdades de gênero e raça, mas também expõe a violência estrutural que as coloca em uma posição de vulnerabilidade ainda maior dentro de uma sociedade profundamente marcada por relações de poder desiguais.

A tríplice discriminação apontada por Gonzalez ultrapassa a simples soma de desigualdades, pois essas dimensões de opressão se entrelaçam e se reforçam mutuamente, criando um ciclo de exclusão e subordinação. A autora sugere que as mulheres negras, ao serem vistas como "duplas" ou "triples" vítimas, não apenas enfrentam condições sociais adversas, mas também lidam com a desvalorização histórica e simbólica de suas contribuições e identidade. Essa reflexão coloca em pauta a necessidade de um olhar mais atento às especificidades das lutas dessas mulheres e a urgência de políticas públicas que integrem essas múltiplas dimensões de opressão, reconhecendo e combatendo as desigualdades interseccionais.

Esta realidade é perpetuada pelo racismo e sexismo entranhados na sociedade, que relegam as mulheres negras a posições de subserviência e a trabalhos de cuidado doméstico não remunerados, reforçando sua posição marginal e explorada. Esta análise ressalta como as práticas discriminatórias contemporâneas são reflexos de uma longa história de opressão racial e de gênero.

Para Gonzalez, a

[...] situação atual não é muito diferente daquela vivida por nossas antepassadas: afinal, a trabalhadora rural de hoje não difere tanto da "escrava do eito" de ontem; a empregada doméstica não é muito diferente da "mucama" de ontem; o mesmo poderia se dizer da vendedora ambulante, da "joaninha", da servente ou da trocadora de ônibus de hoje e da "escrava de ganho" de ontem. (1982, p.199)

No mesmo sentido, Beatriz Nascimento, outra importante intelectual brasileira, afirma que

A "herança escravocrata" sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assume empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como raladora nas rurais". (1976, p.104)

As análises apresentadas por essas intelectuais evidenciam os fatores basilares que contribuem para a condição subalterna das mulheres negras no Brasil, uma realidade persistente desde o período colonial até os dias atuais. A estrutura sócio-histórica brasileira, impregnada por racismo, sexismo, patriarcado e capitalismo, atua como um conjunto de mecanismos que perpetuam a dominação e exploração das mulheres negras, situando-as como um dos grupos mais oprimidos e vulneráveis da sociedade.

A invisibilidade do trabalho de reprodução social, desempenhado majoritariamente por mulheres negras, é um reflexo claro da desvalorização sistêmica e histórica desse trabalho primordial para a manutenção da vida social e econômica. Este trabalho, que inclui atividades de cuidado, limpeza, alimentação e outras funções domésticas, sempre foi encarado como um "trabalho invisível", ou seja, um trabalho que, embora basilar para o funcionamento das famílias e da sociedade em geral, não recebe a devida atenção, reconhecimento ou compensação. A maior parte desse trabalho é realizada por mulheres negras, que, além da sobrecarga de tarefas domésticas, enfrentam a marginalização e a falta de direitos trabalhistas, resultado de uma estrutura social que sempre desvalorizou suas contribuições.

A regularização das empregadas domésticas no Brasil, por exemplo, só ocorreu em 2015, com a promulgação da Lei Complementar à CLT nº 150, que estabeleceu direitos trabalhistas específicos para essa categoria profissional, como a jornada de trabalho de 44 horas semanais, 13º salário, férias, descanso semanal remunerado, entre outros benefícios. Essa legislação foi um marco na luta das trabalhadoras domésticas, mas também evidenciou o atraso histórico no reconhecimento dos direitos dessa classe de trabalhadoras. Durante décadas, essas mulheres, em grande parte negras, foram relegadas a uma condição de subemprego, sem a proteção legal que outras categorias de trabalhadores já usufruíam.

A ausência de reconhecimento e de direitos no trabalho doméstico contribui para a perpetuação de uma desigualdade estrutural que reflete, simultaneamente, a discriminação de gênero e o racismo institucionalizado, que marginaliza as mulheres negras no mercado de trabalho formal. O fato de a regularização dessa categoria profissional ter ocorrido apenas em 2015, por meio da Lei Complementar à CLT nº 150, revela o quanto desvalorizado foi o trabalho dessas mulheres ao longo da história do Brasil. Isso realça a urgência de políticas públicas que não apenas garantam a valorização do trabalho doméstico e de cuidado, mas também reconheçam sua valia para a economia nacional. Embora a implementação dessa lei tenha representado um avanço, ela ainda carece de efetivas políticas de fiscalização, educação e uma mudança cultural que, de fato, reconheça o valor desse trabalho, especialmente o trabalho das mulheres negras.

Além disso, cumpre salientar que o cuidado não remunerado, que inclui a assistência a familiares, crianças, idosos e doentes, além de diversas tarefas domésticas, é predominantemente realizado por mulheres. Este trabalho, primordial para o funcionamento das famílias e da sociedade, não é compensado financeiramente e frequentemente não recebe o reconhecimento social adequado. Como resultado, impõe desafios significativos para o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, limitando as oportunidades das mulheres em áreas como educação e avanço profissional.

Essa distribuição desigual do trabalho de cuidado não afeta apenas a vida pessoal das mulheres, mas também contribui para a perpetuação da desigualdade de gênero, tanto no âmbito doméstico quanto no mercado de trabalho. A perspectiva marxista, adotada por Almeida (2022), oferece uma análise crítica dessa dinâmica, enfatizando que, no contexto do capitalismo, a reprodução da força de trabalho é basilar para a manutenção do sistema. As mulheres, ao assumirem a responsabilidade pela reprodução social, desempenham um papel basilar nesse processo, garantindo a continuidade da força de trabalho e, conseqüentemente, a perpetuação da capacidade produtiva da sociedade. Assim, a subvalorização do trabalho doméstico e de cuidado, somada à sobrecarga imposta às mulheres negras, não apenas agrava a desigualdade de gênero, mas também reforça um sistema econômico e social que perpetua a exclusão e marginalização desses grupos.

Ademais, em 2022, cerca de 2,5 milhões de mulheres deixaram de trabalhar para se dedicar exclusivamente aos cuidados com a casa e a família, o que evidencia a carga desproporcional que recai sobre elas².

Essa realidade é particularmente intensa entre as mulheres negras, que, além de enfrentarem desafios adicionais de saúde, discriminação racial e barreiras socioeconômicas, demonstram uma resiliência notável no cuidado com suas famílias e comunidades. Como afirma Jamile Ribeiro (2019),

o trabalho de cuidado, especialmente realizado por mulheres negras, não é apenas uma questão de sobrecarga, mas de uma estrutura que historicamente as coloca em uma posição de invisibilidade e desvalorização. (p. 88).

Esse quadro de sobrecarga reflete não apenas as disparidades de gênero, mas também a exclusão racial, que agrava ainda mais as condições de vida dessas mulheres.

O reconhecimento dessas desigualdades e a implementação de políticas públicas que abordem esses desafios são vitais para avançar na luta contra as desigualdades de gênero e raça e garantir um desenvolvimento social e cultural inclusivo. Nas comunidades ao redor do mundo, especialmente em contextos marcados por profundas desigualdades raciais e sociais, as mulheres negras desempenham um papel basilar no cuidado familiar e comunitário. Este papel, frequentemente moldado por tradições culturais e pela necessidade de lidar com desafios coletivos, é exacerbado pelo racismo estrutural. Esse conjunto de políticas, práticas e sistemas que sustentam as desigualdades raciais afeta todos os aspectos da vida dessas mulheres, restringindo suas oportunidades e perpetuando a marginalização.

Contudo, esse grupo de mulheres tem se mostrado altamente consciente de seu papel em uma sociedade ainda marcada por resquícios de racismo e patriarcado. Utilizando plataformas como as redes sociais, elas têm fomentado a conscientização e a união, criando redes de apoio robustas. O objetivo dessas ações é fortalecer outras mulheres,

² IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/12/06/ibge-sintese-de-indicadores-sociais-2023.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2024.

principalmente aquelas que compartilham de sua etnia, para combater as disparidades raciais e de gênero e construir uma sociedade mais justa e equitativa.

Como destacado por Ribeiro (2023), as mulheres negras enfrentam desafios específicos impostos pelo racismo sistêmico, discriminação racial e estereótipos culturais, que afetam diretamente suas experiências com o cuidado, tanto ao prestar quanto ao receber. Essas barreiras são agravadas por uma história de marginalização, que as coloca em uma posição vulnerável, especialmente no contexto do trabalho doméstico e de cuidado. A abordagem do racismo estrutural exige ações coordenadas em diferentes níveis, que vão desde a formulação de políticas públicas até transformações culturais e individuais. Nesse sentido, é capital que as experiências e vivências das mulheres negras sejam reconhecidas e valorizadas, a fim de que se desenvolvam estratégias eficazes para combater as desigualdades que ainda persistem, criando um ambiente mais justo e inclusivo para todas.

Praxedes e Guiraldelli (2022), em seu artigo "Desigualdade de gênero e raça/etnia nas particularidades do trabalho doméstico", analisam a persistência de uma estrutura de servidão que remonta à longa história da escravidão, cuja herança continua a se manifestar nas práticas laborais contemporâneas, especialmente no trabalho doméstico. Essa realidade é ainda mais agravada pelo modo de produção capitalista, que trata a mão de obra como uma mercadoria, intensificando a exploração e perpetuando as desigualdades, como foi claramente observado durante a pandemia de Covid-19, que afetou gravemente os trabalhadores informais e domésticos. A subalternização das mulheres negras, enraizada no colonialismo e perpetuada pelo sistema capitalista, reflete-se não apenas no trabalho doméstico, mas também em diversas outras esferas da vida social e econômica.

Embora haja avanços legislativos significativos, como a Emenda Constitucional nº 72 de 2013 e a Lei Complementar nº 150 de 2015, que buscam garantir direitos às trabalhadoras domésticas, ainda persiste uma realidade marcada por condições análogas à escravidão. O caso de Maria Moura³, por exemplo, evidencia as falhas nas políticas de proteção para essas trabalhadoras, refletindo a resistência estrutural em garantir uma mudança efetiva nas condições de trabalho. As mulheres negras frequentemente enfrentam uma dupla jornada — em suas próprias casas, de forma não remunerada, e nas casas de seus empregadores. Este quadro denuncia que, apesar dos avanços, a luta por justiça social e econômica para as mulheres negras precisa ser intensificada, focando na erradicação das raízes profundas do racismo e do sexismo que ainda permeiam e estruturam a sociedade contemporânea.

³ O caso de Maria Moura, uma mulher negra que foi mantida em condições análogas à escravidão por 72 anos no Rio de Janeiro, evidencia as falhas nas políticas de proteção para trabalhadoras domésticas. Resgatada aos 85 anos, Maria foi submetida a jornadas exaustivas e não remuneradas, em condições degradantes, sem liberdade para se locomover e com restrição de sua capacidade de escolha. Esse caso realça a necessidade urgente de políticas públicas que garantam a valorização do trabalho doméstico e de cuidado, além do reconhecimento de sua valia na economia nacional. G1. "Mãe e filho viram réus acusados de submeter idosa a trabalho análogo à escravidão durante 72 anos." G1, 10 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2024/03/10/mae-e-filho-viram-reus-acusados-de-submeter-idosa-a-trabalho-analogo-a-escravidao-durante-72-anos.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2024.

Na formação social brasileira, observam-se as consequências do capitalismo escravista e mercantil, que moldaram a sociedade e deram origem a relações de opressão, dominação e exploração baseadas em raça, classe e sexo/gênero. O modelo econômico vigente historicamente desvalorizou a inserção das mulheres e da população negra no trabalho produtivo e reprodutivo, sustentando essas relações em estruturas de exploração e subordinação. Como apontam Praxedes e Ghiraldelli (2022), "Na formação social brasileira são observadas as consequências do capitalismo escravista e mercantil para a sociedade, tendo em vista a existência de relações de opressão, dominação e exploração baseadas na raça, classe e sexo/gênero" (Praxedes; Ghiraldelli, 2022, p. 52).

Essa disparidade no acesso a direitos, combinada com a falta de políticas públicas eficazes, contribui diretamente para a perpetuação da exclusão social dos grupos marginalizados, incluindo mulheres negras. Como ressaltado pelos autores, "Na ausência de políticas públicas e ações afirmativas que incluam a população negra, que foi e continua sendo historicamente excluída, esse segmento populacional passa a ocupar diversos e precários tipos de ocupação laboral como forma de sobrevivência, já que as exclusões se tornam evidentes quando se trata de raça e gênero no acesso ao mercado de trabalho formal" (Praxedes; Ghiraldelli, 2022, p. 54). Essa exclusão estrutural impede o pleno acesso a direitos fundamentais e perpetua a marginalização dessas populações, o que se reflete em sua inserção no mercado de trabalho, tanto formal quanto informal, onde as desigualdades de gênero e raça se acentuam.

Além disso, o lazer, visto como um privilégio e não como um direito basilar, torna-se uma realidade distante para muitas mulheres que enfrentam a dupla jornada de trabalho. Esse cenário aprisiona as mulheres em rotinas exaustivas, nas quais o cuidado — seja remunerado ou não — é uma tarefa contínua. Como destacam Praxedes e Ghiraldelli (2022), a situação de morar no local de trabalho, algo comum entre as empregadas domésticas, agrava ainda mais essa dinâmica, pois limita substancialmente as oportunidades para o descanso e o lazer. O trabalho doméstico, frequentemente estendido por gerações dentro das famílias, revela um ciclo contínuo de falta de acesso à educação e à recreação para essas mulheres, mantendo-as presas a uma rotina de cuidados ininterrupta. De acordo com os autores, "essa inserção desigual das mulheres negras no mercado de trabalho reflete as continuidades do pós-abolicionismo que ainda persistem na sociedade atual" (Praxedes; Ghiraldelli, 2022).

Além de ser capital para a manutenção do lar, o trabalho de cuidado é amplamente subvalorizado e invisibilizado, raramente sendo compensado de forma justa. A ausência de contratos formais, benefícios e a presença de abusos e condições precárias de trabalho exacerbam ainda mais as desigualdades de gênero e raça, reforçando as hierarquias sociais preexistentes. Essas condições mantêm as mulheres negras em uma posição de subordinação no mercado de trabalho e na sociedade, perpetuando um ciclo de exclusão que exige uma intervenção urgente para garantir o reconhecimento e a valorização desse trabalho basilar.

Considerações finais

Como abordado neste estudo, é basilar reconhecer e compreender a complexidade das experiências enfrentadas pelas mulheres negras no âmbito do trabalho de cuidado. Tal compreensão é vital não só para enriquecer o debate acadêmico, mas também para elaborar políticas públicas eficazes que fomentem a igualdade e a justiça social.

O cuidado não remunerado, majoritariamente desempenhado por mulheres negras, encontra-se na confluência de diversas formas de opressão, incluindo raça, gênero e classe social. Esta interseccionalidade é uma janela para entender como as desigualdades sistêmicas são mantidas e como podem ser desmanteladas. Através desse prisma, percebe-se como as identidades interligadas influenciam não apenas a alocação do trabalho de cuidado, mas também suas repercussões socioeconômicas.

Academicamente, discutir o cuidado não remunerado contribui substancialmente para os estudos de gênero e raça, introduzindo perspectivas inovadoras às teorias feministas e de justiça social. Ao realçar a especificidade do cuidado prestado por mulheres negras, os acadêmicos desafiam e expandem as teorias vigentes, adequando-as às complexidades das estruturas de poder e dominação.

No contexto social e econômico, é necessário reconhecer o cuidado não remunerado como um componente da economia. Este trabalho sustenta não apenas as famílias, mas também a sociedade em geral, apoiando a regeneração da força de trabalho e contribuindo para a saúde e o bem-estar comunitário. Contudo, a ausência de compensação financeira e de reconhecimento social impõe barreiras consideráveis às mulheres que desempenham esse trabalho, restringindo suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional e perpetuando ciclos de pobreza e exclusão.

Portanto, é capital que se implementem políticas públicas e iniciativas de suporte que minimizem o fardo do cuidado não remunerado. Isso inclui a criação de infraestruturas de suporte, como serviços de cuidado acessíveis e de qualidade, além de políticas que promovam a igualdade de gênero tanto no lar quanto no mercado de trabalho. Valorizar adequadamente o trabalho de cuidado poderia transformar radicalmente as dinâmicas de poder na sociedade, promovendo uma distribuição mais justa das responsabilidades de cuidado entre os gêneros e as classes sociais.

Em síntese, enfrentar a questão do cuidado não remunerado realizado por mulheres negras não é apenas uma demanda acadêmica ou social, mas também um imperativo ético que desafia a sociedade a valorizar todas as formas de trabalho. Políticas voltadas para essa questão não apenas corrigiriam desigualdades históricas, mas também fortaleceriam o tecido econômico e social, construindo uma sociedade mais justa e inclusiva. É capital que, além de reconhecer essas contribuições, sejam tomadas ações concretas para garantir que nenhuma mulher tenha que suportar um ônus desproporcional devido à sua identidade racial e de gênero.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. S. As mulheres e o capital: notas sobre a exploração do trabalho feminino na produção e reprodução do capitalismo. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 228–244, 2022. DOI: 10.9771/gmed.v14i2.48093. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/48093> Acesso em: 30 jun. 2024.

AKOTIRENE, C. **Racismo Estrutural**. 2. ed. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

BRASIL. Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015. **Regulamenta o trabalho doméstico e estabelece direitos trabalhistas para as empregadas domésticas**. Diário Oficial da União, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm. Acesso em: 09 dez. 2025.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. Trad. Raquel Ramallete. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **A coragem de ser mulher**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

NASCIMENTO, Beatriz. **A mulher negra no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

PRAXEDES, Freitas, GUIRALDELLI, Reginaldo. Desigualdade de gênero e raça/etnia nas particularidades do trabalho doméstico. **Revista Direitos, trabalho e política social**, CUIABÁ, V. 8, n. 15, p. 48-83 Jul./dez. 2022 Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/13748/11775> Acesso em: 30 jun. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** São Paulo: Editora Sueli, 2019.

RIBEIRO, T. **É sempre assim, tudo sou eu! Cuidado, Gênero e Famílias**. Rio de Janeiro. PUC-RIO, 2019.

RIBEIRO, T. **Mulheres Negras na Encruzilhada do Cuidado: Estudo sobre trabalho de cuidado e doméstico não remunerado**, Rio de Janeiro. PUC-RIO, 2023.